

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN¹

Franciele Liberalesso²

Jussara Jacomelli³

RESUMO: Neste artigo, apresentamos o resultado da primeira fase de uma pesquisa que estamos realizando sobre o cooperativismo com extensão para o crédito agrícola no Município de Frederico Westphalen. Os objetivos norteadores da pesquisa foram: realizar estudos bibliográficos sobre a trajetória de criação do cooperativismo na Europa e no Brasil; estudar a palavra e ideias de cooperativismo, incluindo o cooperativismo de crédito no Estado do Rio Grande do Sul e situar a presença temporal dessa modalidade de instituição no contexto do Município. Os resultados foram obtidos por meio da realização de estudos bibliográficos e da análise comparativa qualitativa sobre objetivos e contextos de criação do cooperativismo e desdobramentos para o crédito agrícola. Também, foi situada a presença das instituições cooperativas no contexto social e econômico do Município de Frederico Westphalen, para o que foram utilizados dados disponibilizados pelo SAGI e IBGE, realizadas visitas às instituições cooperativas e dialogado com representantes das mesmas. A pesquisa encontra justificativa na base econômica do Município que é a agricultura familiar. Além disso, a ONU declarou 2012 como “Ano Internacional do Cooperativismo” e 2014 como “Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo. Cooperativismo de crédito. Município de Frederico Westphalen.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Habitar o Planeta Terra, desde o princípio, exigiu do homem o desenvolvimento de técnicas e de estratégias organizativas. O homem é um ser que não vive sozinho, é um ser de relações sociais. As relações sociais foram e são, na trajetória humana, resultado de necessidades. Necessidades de criar técnicas para superar as intempéries do tempo, vencer os ataques de grupos humanos ou de animais, de produzir alimentos, de organizar a produção, o armazenamento e a distribuição, entre outros. Ou seja, o homem, sempre precisou viver em grupos e a sobrevivência passou a depender, cada vez mais, da solidariedade, da organização e das técnicas de produção.

O artigo é resultado da primeira fase de um estudo financiado pelo Caps e vinculado à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen.

² Acadêmica do Curso de Química Industrial - Câmpus de Frederico Westphalen, pesquisadora do caps. fran.liberalesso@hotmail.com.

³ Mestre em História e Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen. Jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br

Ao realizar a Revolução Industrial o homem mudou a organização social até então existente. Com as novas tecnologias, passou a produzir mais e a intervir estabelecendo novas regras para a vida em sociedade e para os usos dos territórios; passou a concentrar o poder e os resultados da produção de forma desigual; também, buscou formas alternativas a concentração do poder e dos resultados da produção criando, por exemplo, o cooperativismo.

O Município de Frederico Westphalen apresenta uma economia, historicamente de base rural, e caracterizada pela agricultura familiar. A instituição cooperativa é uma realidade desde os primeiros anos de formação do Município, contudo, o cooperativismo de crédito com extensão agrícola é uma realidade atual, todavia, parte dos recursos financeiros, tomados pelos agricultores, é oriundo desta fonte.

1 DISCUTINDO O COOPERATIVISMO

Estudar o cooperativismo, em sua essência, que é a cooperação, como um caminho para diminuir as desigualdades sociais através do associativismo econômico, requer perceber os contextos históricos que levam à sua atualidade. Para alguns autores, o cooperativismo e o associativismo são produtos da organização humana para a sobrevivência no contexto competitivo, excludente e de exploração, embrionado na Revolução Industrial. Suas raízes, contudo, remontam à cooperação solidária, resultado de um processo social e histórico de relações, visando à sobrevivência.

1.1 Da cooperação ao cooperativismo no Mundo

Apesar de a cooperação ter sido o caminho criado pelo homem para sobreviver, com a evolução nas técnicas de trabalho e na produção, a participação nos resultados tem sido cada vez mais injusta. As novas técnicas foram, sucessivamente, ao longo da história humana, vinculadas às novas regras de produção, consumo e distribuição e, cada vez mais, ditadas por centros de comando e de produção de relações sociais desiguais.

As regras ditadas pelos centros de comando são replicadas nos diferentes níveis e territórios, definindo situações de extremos entre territórios e entre pessoas. Sen e Kliksberg (2010, p. 23) explicam que as “desigualdades incluem”, além de “disparidades na riqueza”, “assimetrias brutais no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas”. No espaço, segundo Souza (1995), está o desenho destas relações de poder assimétricas, porque o espaço geográfico é o resultado das mesmas.

Aos comandos centrais e seus desdobramentos, somamos a competição, relação social criada pelo homem que vive o sistema capitalista. Competição esta que leva a criar formas para ingressar, permanecer e para ampliar a participação de indivíduos ou grupos no mundo econômico, de forma justa ou injusta. Entre estas formas está o cooperativismo, um produto da economia de mercado, das desigualdades e da organização de grupos, visando a participar, “de algum jeito”, desse mercado. Sen e Kliksberg (2010) afirmam que, onde há cooperação muitos podem ganhar, visto que a cooperação, segundo Demo (2002, p.139), “é resultado natural de indivíduos tentando maximizar seu proveito.” Isto ocorre quando o cooperativismo é criado para a cooperação, o que pode mudar a vida das pessoas.

Mesmo tendo o conhecimento de que a cooperação produz ganhos e, também, amplia o acesso aos benefícios da técnica para mais pessoas, vivemos em um modelo de organização social marcado pela falta de equidade. Demo (2002) coloca que a sociedade que conhecemos produz dinâmicas discriminatórias, gerando situações desiguais e injustas, de forma que, por volta de 20% da população mundial desfrutam de muito ou de algum bem-estar, enquanto 80% sobrevivem de modo subordinado ao redor deste centro. Sen e Kliksberg (2010) somam às colocações de Demo e afirmam que esta desigualdade é resultado da organização social, mas, também, do descaso das políticas públicas e organizacionais em relação aos desfavorecidos. Para os autores, no Mundo,

A desigualdade na distribuição da renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres passou de 30 para 1, em 1960, a 74 para 1 em 1997. A do capital acumulado pelas diferentes camadas da população mundial, conforme apurou a Universidade das Nações Unidas (2006) é ainda maior. Os 10% mais ricos detêm 85% do capital global enquanto metade dos habitantes do planeta possuem apenas 1%.(SEN,KLIKSBERG ,2010, p 9-10).

No quadro de assimetria social, verificamos que poucos usufruem dos benefícios produzidos por muitos que ficam à margem do desenvolvimento, ou seja, à margem dos benefícios da técnica e da possibilidade de escolha. A participação nos benefícios requer, dessa forma, algum tipo de organização envolvendo a ajuda mútua, a cooperação. Para Thenório Filho (2002), o cooperativismo é um caminho possível para modificar o padrão socioeconômico da pessoa humana. Segundo ele, uma cooperativa é criada a partir de uma necessidade econômica dos seus membros. Apesar de apresentar como princípio de criação uma necessidade econômica, tem um caráter social, porque nela a pessoa humana é o centro e a razão de sua existência e, porque não apresenta como finalidade o lucro, uma vez que visa à produção e à distribuição de condições de desenvolvimento a partir da cooperação.

Mas, de onde vem a ideia do associativismo cooperativo que conhecemos hoje? Segundo Abrantes (2004, p. 37), a cooperativa mais antiga documentada é de 1760 e foi criada por trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatam, na Inglaterra para ter uma associação para “moer os cereais dos associados, reduzindo os custos cobrados pelos moleiros estabelecidos”. Neste período, ainda não havia o direito ao cooperativismo, conquistado em 1826 e, reconhecido primeiramente, pela Inglaterra. Rios (2007) explica que o cooperativismo, legalmente reconhecido, surgiu na Europa como expressão de um movimento operário em reação às condições de exploração existentes, a exemplo de jornadas diárias de trabalho superiores a 12h e à inexistência de direitos trabalhistas e de associação. Condições, às quais, as crianças também eram submetidas.

Devido à repressão do governo, em torno de 1833, a organização sindical operária e o cooperativismo, principalmente na Inglaterra, passaram por um período de pouco movimento. Em contrapartida, as inovações tecnológicas avançaram, o capitalismo foi fortalecido, o desemprego aumentou e, juntamente, houve a concentração da renda (ABRANTES, 2004). Foi neste contexto, que “as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo” (BARCELOS, RASIA E SILVA, 2010, p. 43).

A Revolução Industrial, nos meados do século XIX, trouxe significativas conquistas técnicas e científicas que transformaram o mundo nos aspectos morais e econômicos. A mecanização industrial trouxe como vantagem a organização dos trabalhadores em classes assalariadas, porém gerou desemprego em massa, causando miséria coletiva e, como consequência, desajustes sociais e crises (THENÓRIO FILHO, 2002). Diante disso, sufocados pelo desemprego e influenciados pelas ideias de Robert Owen, no dia 21 de Dezembro de 1844, tecelões que habitavam a cidade de Rochdale, na Inglaterra, criaram a associação denominada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que, mais tarde, tomaria o nome de Cooperativa de Rochdale (ABRANTES, 2004, p. 42).

As ideias de Robert Owen foram fundamentais para a organização dos operários de Rochdale. Mas, quem foi Robert Owen? Segundo Abrantes (2004, p.40-41), foi um dos mais importantes ideólogos da filosofia cooperativista, é considerado pai do cooperativismo inglês. Na sua fábrica, em New Lanark, praticou ideias humanistas, melhorando as condições de trabalho com bons salários, educação para os filhos dos operários, redução da jornada de trabalho diário de 17 para 10 horas e proibindo o trabalho de menores de 10 anos. Foi o primeiro a organizar, cientificamente, o cooperativismo, articulando-o com a sociedade. Ele

divulgava a filosofia cooperativista como forma de reduzir a pobreza. A ele, atribuiu-se o uso do termo “cooperação” em oposição à “competição”.

Segundo Rios (2007), a Cooperativa de Rochdale, associação de operários, permitiu a criação do cooperativismo caracterizado pela *propriedade cooperativa*, uma associação de pessoas e não de capital, em que a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras e individuais, a constituição da sociedade. Caracterizado, também, pela *gestão cooperativa*, na qual o poder de decisão último é de competência da assembleia dos associados e, ainda, caracterizado pela *repartição cooperativa*, que diz respeito à distribuição das sobras líquidas anuais para os cooperados, segundo a participação nas operações da cooperativa.

Assim, podemos dizer que as organizações cooperativas e sindicais tiveram seu embrião nas “sociedades de ajuda mútua” criadas no contexto da Revolução Industrial. Embrionada no princípio da solidariedade humana, a organização cooperativa tem como objetivo prestar serviços a seus associados sem visar a lucros, devendo, o “excedente disponível”, ser restituído aos associados na proporção de sua participação nas operações comerciais e estender para outros a possibilidade de participar da organização. Na Europa, como vimos, o cooperativismo iniciou como um movimento urbano nos estaleiros e fábricas. E no Brasil, como surgiram as primeiras organizações cooperativas?

1.2 O Cooperativismo no Brasil

No Mundo, o cooperativismo teve suas primeiras expressões no espaço territorial urbano. No Brasil, o movimento teve formação inicial no espaço rural e foi organizado pela elite agrária exportadora.

Segundo Abrantes (2004), o movimento cooperativista no Brasil apresenta cinco fases. A primeira, introdutória, chegou até 1907. Nela, encontram-se as primeiras tentativas de formação de cooperativas e a primeira legislação. A segunda fase abrange o período de 1907 a 1926 e corresponde à criação das primeiras leis, portarias e decretos voltados, exclusivamente, para as cooperativas de crédito, tipo Raiffeisen, e bancos populares, tipo Luzzati. Neste período, existia o “sindicalismo-cooperativismo”.

A terceira fase corresponde ao período de 1926 a 1964. É caracterizada como fase da elaboração de legislação específica para o cooperativismo, desvinculando-o dos sindicatos. Neste período, em relação aos anos anteriores, surgiram muitas cooperativas por todo o Brasil. A quarta, de 1964 a 1988, é a fase na qual o cooperativismo foi controlado pelo

governo e passou a apresentar grandes restrições. Nesta fase de restrições e controle governamental, em 1971, foi promulgada a lei que rege as cooperativas brasileiras e que está em vigor até os dias de hoje. A quinta fase, é a fase da atualidade do movimento no Brasil e aconteceu com a promulgação da nova Constituição Brasileira, a qual permite mais liberdade e condições para a organização de associações.

O cooperativismo, na Europa, foi criado pelos trabalhadores urbanos a fim de superar os problemas socioeconômicos. No Brasil, ao contrário, o cooperativismo foi promovido pelas elites econômicas e políticas agrário-exportadoras e como mecanismo de controle social e de intervenção estatal. Resultou em um movimento, caracteristicamente rural e de base conservadora; um cooperativismo de serviços e não de produção; um cooperativismo voltado para a exportação e para a indústria, tendo uma incidência marginal no setor de produção de alimentos básicos. Este contexto foi consolidado com políticas voltadas, predominantemente, à destinação de recursos à lavoura de exportação. Por exemplo, em 1975, “mais de 50% dos recursos creditícios alocados às cooperativas foram destinados às de trigo e soja, concentradas no sul do país. Já o volume de crédito para cooperativas que tinham arroz, feijão ou milho como seu principal produto, ficou em menos de 8% do total” (RIOS, 2007, p. 54).

Em relação às associações operárias brasileiras, Rios (2007) explica que surgiram na época dos engenhos como sociedades de ajuda mútua. Um exemplo dessa forma de organização foi a “Associação dos Galileus”, criada em Pernambuco e, atualmente, considerada o embrião das Ligas Camponesas. As associações operárias, no entanto, não responderam às demandas sociais. Os problemas sociais ainda são uma realidade séria no Brasil, como mostram os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008, publicados por Sen e Kliksberg (2010), onde consta que os 10% mais ricos possuíam em 2008, 44,8% da renda total, restando para 90% da população 55,2% da renda total, o que resulta em uma distância entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos em 51,3 vezes.

No Sul do Brasil, as dificuldades coletivas, em parte, foram minimizadas ou solucionadas pela prática do cooperativismo, o que se deve às ideias associativas implantadas, segundo Thenório Filho (2002), por italianos e alemães. Ideias essas, que foram postas em prática em vários ramos de atividades, mas apresentando maior expressão no cooperativismo de produção.

Assim, podemos dizer que, enquanto no Brasil, como um todo, o cooperativismo foi implantado pela elite agrário-exportadora, como um cooperativismo de serviços, no Sul do Brasil foi implantado, também, visando ao ramo da produção. É, também, no Sul do Brasil que encontramos as primeiras manifestações do cooperativismo de crédito.

1.3 Do cooperativismo ao cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul

Após ter percorrido a trajetória de formação do cooperativismo, é preciso entender como está sendo conceituado e como o cooperativismo de crédito foi instituído no Estado do Rio Grande do Sul.

São muitos os teóricos e estudiosos do cooperativismo, mas as caracterizações que trazem sobre o termo são semelhantes e complementares. Abrantes (2004, p.35) traz para a discussão a legislação, explica que “do ponto de vista jurídico e legal, o termo cooperativismo está ligado à associação entre pessoas e meios de produção, existindo, obrigatoriamente, relações econômicas e financeiras e devendo se submeter à legislação específica brasileira”. As cooperativas são sociedades civis e não comerciais, pois pressupõem a não existência de lucro e, de acordo com a Lei 5.764/71, com alterações da Lei 7.231/84, são definidas da seguinte forma:

Cooperativa é uma associação sob a forma de sociedade, com número aberto de membros, que tem por escopo estimular a poupança, a aquisição de bens e a economia de seus sócios, mediante atividade econômica comum. É uma modalidade especial de sociedade simples, sujeita à inscrição na Junta comercial. É uma forma de organização de atividade econômica, tendo por finalidade a produção agrícola ou industrial ou a circulação de bens ou de serviços, voltada ao atendimento de seus sócios. Pode ser constituída, até mesmo, sem capital e apenas com serviços, não tendo objetivo de lucro (ABRANTES, 2004, p. 83-84).

Além do aspecto jurídico, há o aspecto cultural, o conteúdo da palavra. A palavra cooperativa, segundo Cenzi (2012, p. 17), vem do “verbo latino cooperari, uma junção de cum e operari, resultando no significado de operar, juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum.” A ideia de cooperação que está presente no termo, traz implícito o princípio da solidariedade, a superação de dificuldades e de necessidades vividas pelo grupo que se solidariza. Neste sentido, o mesmo autor, diz que,

[...] a cooperativa, enquanto sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro, embora tenha fins econômico-sociais. Como associação de pessoas, estas assumem o papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo, resultando daí o afastamento do intermediário [...], bem como, o objetivo do lucro, típico das sociedades de capital (CENZI, 2012,p.19).

O autor, ao usar a expressão “enquanto”, deixa claro que a forma cooperativa é uma associação de interesse e este interesse é optativo. Deve ser o social, contudo, nem sempre é o que ocorre. Em muitos casos, a competição e os valores econômicos são os fatores

preponderantes. Além dos valores que sustentam a organização, há vários tipos de cooperativismo e, entre estes, o cooperativismo de crédito. Rios (2007) coloca que a “associação-empresa cooperativa” compreende tantas variedades quantas são necessárias para atender a uma economia moderna. Segundo Thenório Filho (2002), no Brasil, o artigo 21 da revogada lei cooperativista nº 22.239, de 19 de Dezembro de 1932, definia, já naquela época, 16 principais categorias: cooperativas de produção agrícola; de produção industrial; de trabalho (profissional ou de classe); de beneficiamento de produtos; de compras em comum; de vendas em comum; de consumo; de abastecimento; de crédito; de seguros; de construção de casas populares; editoras e de cultura intelectual; escolares; mistas e centrais de cooperativas (federações).

Atualmente, não existe qualquer forma de classificação, porém, na prática, as organizações cooperativas estão vinculadas a ramos ou modalidades de atividades, divisão adotada pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras): Ramo Agropecuário; Ramo de Consumo; *Ramo de Crédito*; Ramo Educacional; Ramo Habitacional; Ramo de Saúde; Ramo de Serviços; Ramo de Trabalho; Ramo Especial/Mineral/Produção. Ou seja, atualmente, a ideia de cooperativismo é mais aberta e, entre os diferentes ramos de atividades em que pode haver a ação cooperativada, está o ramo do crédito.

Rios (2007) diz que o crédito cooperativo pode ser realizado por associações de primeiro grau ou por seções especializadas em cooperativas mistas que recebem depósitos de seus associados e de terceiros, e com esses recursos e com o capital subscrito, realizam empréstimos a seus associados, como podem, também, ser realizados por empréstimos de bancos para cooperativas de outros tipos.

Na Alemanha, o cooperativismo de crédito foi organizado devido às dificuldades sociais e à exploração econômica a que estavam submetidos comerciantes, industriais e trabalhadores em geral. Esta realidade levou Herman Schulze a organizar Sociedades de Crédito, que iniciou em Delitzsch, com uma pequena Caixa de Socorro para atender, prioritariamente, a casos de doenças ou morte. Essa foi a primeira cooperativa de crédito constituída. Isso foi em 1850 e teve a Alemanha como berço da iniciativa (THENÓRIO FILHO, 2002).

Logo a ideia emergiu no meio rural. O alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen, filho de agricultores pobres, vivendo grandes dificuldades financeiras por causa da exploração dos negociantes que compravam a produção agrícola por preços mínimos e revendiam com altos lucros, teve a ideia de fundar, em 1854, na cidade de Heddesdorf, uma caixa de socorros para produtores rurais, dando, assim, origem ao cooperativismo de crédito rural. Essas

cooperativas passaram a se expandir por toda a Alemanha e ficaram conhecidas como Caixas Rurais de Raiffeisen (FIGUEIREDO apud ABRANTES, 2004, p. 38 – 39).

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve suas bases lançadas no Estado do Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1902, com as ideias do Pe. Theodor Amstadt. As formas reais de cooperativismo de crédito rural foram lançadas na reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses e, a seguir, foi fundada a primeira Cooperativa de Crédito, denominada de Caixa Rural Cooperativa, nomeação, posteriormente, alterada para Cooperativa de Crédito (THENÒRIO FILHO, 2002) e, atualmente, conhecida como “SICREDI Pioneira” (PAGNUSSATT, 2004, p.22).

A participação do governo na formação da primeira associação de crédito agrícola no Estado do Rio Grande do Sul encontra-se, segundo Thenório Filho (2002), no começo deste século, quando os agricultores e industriais, Senhores Abramo Eberle e Antônio Pieruccini, exportavam suas primeiras safras de vinho para São Paulo e outros centros do País, onde eram adulterados e desvalorizados. Procurado por uma comissão de Caxias, criada para solucionar o problema, o Presidente (assim era chamado o governador do Estado na época) do Estado sulino, Dr. Carlos Barbosa, em pronunciamento, anunciou aos agricultores que, para defender seus produtos, deveriam associar-se, formando cooperativas.

Na mesma época, o Governo Federal, através do Ministro da Agricultura e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, trouxe da Itália um técnico e doutrinador cooperativista Dr. Giuseppe di Stéfano Paternó, que chegou a Porto Alegre no dia 1º de setembro de 1911 e, já no dia 15 do mesmo mês, fundou uma cooperativa agrícola, com seção de crédito na localidade de Vila Nova. Em 12 de Outubro de 1911, foi criada a primeira cooperativa agrícola da região, a Cooperativa Agrícola de Caixas, junto à qual funcionava uma caixa de crédito rural. Da necessidade da criação da cooperativa agrícola na Região de Caxias, surgiram, também, as cooperativas de crédito para apoio financeiro, “chamadas cooperativas agrícolas com seção de crédito” (THENÒRIO FILHO, 2002, p. 120).

As cooperativas de crédito rural, também foram conhecidas como caixas rurais. Segundo Rambo e Arendt (Org., 2012), as Caixas Rurais foram implantadas para atender ao público poupador e tomador de empréstimos de pequenos valores, porque as agências bancárias só existiam nos grandes centros, dificultando o acesso das comunidades rurais. Além disso, não era de interesse dos bancos, pequenos investimentos. Utilizando dados publicados no Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2010, publicado em “Expressão do Cooperativismo”, de janeiro-junho de 2011, do Sistema SESCOOP/RS, os autores divulgaram a existência, no ano de 2011, de 606 cooperativas, com 1.944.482 associados, empregando

49.072 pessoas. Também, colocaram que estes números representavam 10,11% do PIB do Rio Grande do Sul e 59,57% do PIB agropecuário. Um resultado que mostra, além da significativa participação na economia do Estado, o predomínio do crédito cooperativo para o setor agropecuário.

1.4 Município de Frederico Westphalen: localização e caracterização socioeconômica

O Município de Frederico Westphalen tem um território de 264,976 Km². Sua economia está predominantemente vinculada à agricultura e à pecuária leiteira, é caracterizado por pequenas propriedades rurais. Está situado no Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, abriga três cooperativas de crédito com atuação na área do crédito rural.

A Região Norte, da qual faz parte o Município de Frederico Westphalen, foi caracterizada como uma das mais pobres do Estado do Rio Grande do Sul, segundo estudos econômicos realizados Snhneider e Waquil (2001). Os autores classificaram o território do Rio Grande do Sul em cinco categorias: A, B, C, D, E.

Na categoria A, colocaram os municípios pequenos, pobres e, predominantemente rurais. Neste grupo, as características principais estão relacionadas à ruralidade e à pobreza e à alta proporção da população rural em relação à população total. Em média, 61,71% da população residem nas áreas rurais em estabelecimentos agrícolas de pequeno tamanho, em torno de 28,53 hectares, apresentando baixa produtividade da mão de obra ocupada. O VBP – PO (valor bruto de produtividade por pessoa ocupada) é de R\$ 3.751,96, ficando inferior à média do Estado, que é de R\$4.704,06.

Na categoria B, os autores situaram os municípios grandes, pobres e, predominantemente urbanos, municípios que apresentam estabelecimentos agrícolas com área média de 111,87 hectares, consideradas grandes propriedades. Nestes estabelecimentos, a produtividade da terra é baixa, pois o VBP por hectare é de R\$ 177,50, alcançando apenas um terço em relação à média do Estado. A maioria da população destes municípios reside em áreas urbanas e apenas 35,74% no meio rural.

Na categoria C, os autores colocaram os municípios pequenos, desenvolvidos e, relativamente rurais. Neste grupo, a área dos estabelecimentos agrícolas é a mais baixa do Estado, com uma média de 17,39 hectares. A produtividade da terra chega a R\$ 935,51, ficando inferior somente em relação ao grupo “E”. Este grupo é o que se encontra mais

próximo da média do Estado. Um percentual de 49,51% da população reside em áreas rurais. Embora compostos por pequenas propriedades, os municípios apresentam boa infraestrutura.

Na categoria D, os autores colocaram os municípios grandes, desenvolvidos e predominantemente urbanos. A categoria é formada por um conjunto de municípios nos quais os estabelecimentos agrícolas alcançam a maior média de área, chegando a 304,19 hectares. Nessas propriedades é realizada a produção agropecuária em larga escala onde os gastos com manutenção e custeio são cinco vezes maiores do que a média do Estado. O VBP por estabelecimento agrícola e a produtividade por pessoa ocupada são, também, significativamente superiores (em torno de quatro vezes) à média do Estado. Do total da população, 77,61% reside nas áreas urbanas.

Na categoria E, os autores colocaram os municípios pequenos, desenvolvidos e essencialmente urbanos. Nela está o Município de Porto Alegre onde, somente, 2,62% da população têm domicílio no meio rural. Os estabelecimentos agrícolas possuem uma área média de 34,70 hectares. O VBP por estabelecimento agrícola é o mais alto do Estado, o mesmo valendo para a produtividade do trabalho e da terra.

O Município de Frederico Westphalen, na classificação dos autores, está na Categoria A, juntamente com outros municípios que podem ser identificados na figura 1.

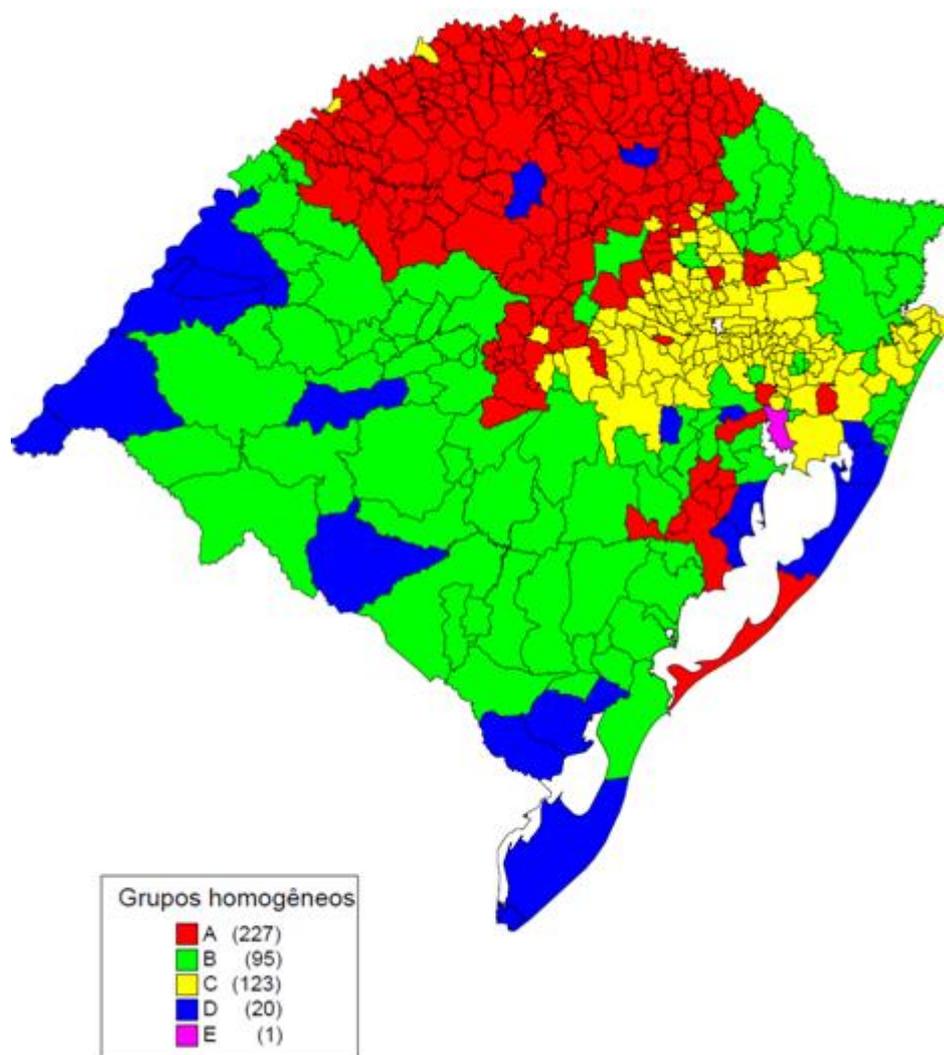


Figura 1- Classificação dos Municípios do Rio Grande do Sul, 2001.
 Fonte: SCHNEIDER e WAQUIL, 2001, p.20.

O Município de Frederico Westphalen tem sua economia, predominantemente vinculada à agricultura e à pecuária leiteira, é caracterizado por pequenas propriedades rurais, contudo, difere dos dados catalogados por Snhneider e Waquil no que diz respeito à média de população rural. Em 2010, conforme dados da Revista do PTDRS (2010), somente 19,13% da população residia na área rural. Nos últimos anos, observamos significativa diminuição no índice de população que habita a área rural. Os censos do IBGE mostram que os anos 90 foram definidores de uma inversão significativa na ordem de ocupação territorial campo-cidade. A partir deste marco, temos um processo de esvaziamento ocupacional na área rural do Município, situação que fica visível na tabela que segue.

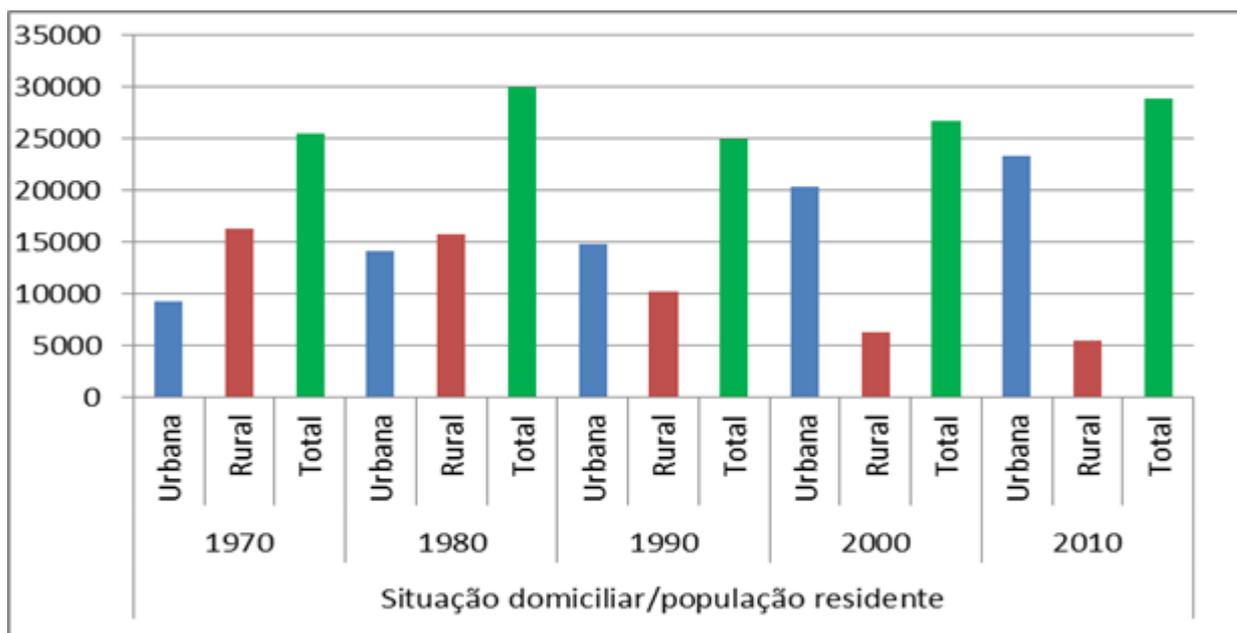


Gráfico 1: População residente por situação de domicílio: 1970 a 2010.
 Fonte: IBGE: Censos demográficos 1970, 1980, 1990, 2000, 2010.

Além da migração rural-urbana, que acontece no Município, é preciso considerar alguns números significativos a respeito da extrema pobreza. Observamos que o número de pessoas em condição de extrema pobreza passou de 625 pessoas, em 2010, para 1145 famílias, em 2013. Também, elevou o número de famílias com renda per capita de até R\$ 140,00, conforme dados apresentados na tabela 01.

| Ano | População total | Total de famílias cadastradas no Cadastro Único | Cadastrados com renda per capita mensal de até R\$70,00 | Famílias com renda per capita mensal de até R\$140,00 |
|------|-----------------|---|---|---|
| 2010 | 28.843 | 1.762 | 625 pessoas | 1.011 |
| 2013 | 28.843 | 3.182 | 1.145 famílias | 2.092 |

Tabela 1: Dados da situação de pobreza familiar nos anos de 2010 e de 2013.

Fonte: SAGI, Boletim A extrema pobreza segundo Censo de 2010 e Relatório do Cadastro Único e Bolsa Família, Maio de 2013.

Vale considerar que, das 625 pessoas cadastradas em condições de extrema pobreza, no ano de 2010, 446 residiam no meio rural e 179 residiam no meio urbano. Segundo dados de 2010, cadastrados no portal “Perfil do Município de Frederico Westphalen, RS/ Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013”, a renda per capita do Município chegou a R\$ 875,00. Contudo, coube aos 20% mais pobres, 4,26% da renda produzida e aos 20% mais ricos, 52,19%. Ou seja, os números evidenciam expressiva concentração de renda.

É nesse contexto, caracterizado pelo fluxo migratório campo-cidade, pelo aumento de famílias dependentes do Programa “Bolsa Família” e pelo número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, que encontramos várias cooperativas operando no território. Entre as várias modalidades que temos, estão as cooperativas com oferta de créditos com extensão ao crédito agrícola: Sicoob, Cresol e Sicredi.

O Sicredi, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai – Sicredi Alto Uruguai RS/SC, foi fundada no Município em 12 de março de 1993 e faz parte de um sistema de crédito cooperativo. O Sicredi foi a primeira cooperativa de crédito instalada no Município, atuou com exclusividade até 2008, quando no dia 05 de setembro foi instalada a Cresol - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – constituinte da Rede Cresol. Em 2011, no dia 9 de junho, somou às anteriores a instalação do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil – Sicoob - que faz parte da Rede Sicoob.

Temos, assim, desde 1993, agências de cooperativas de crédito, instaladas no território do Município, imprimindo suas marcas de mudanças ou permanências na realidade social, econômica e cultural. Para Tedesco e Campos (2001), a cooperação, a integração, a democratização nas decisões, no lucro, no saber, são ações de colaboração solidária e apresentam aspectos, também, culturais. Igualmente, como vimos, é uma associação de interesses que pode ou não responder positivamente à função social que deve nortear a sua criação e permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tivemos como objetivos realizar estudos bibliográficos para a construção do termo cooperativismo de crédito em sua trajetória histórica no espaço europeu e brasileiro e situar a presença destas instituições no contexto do Município de Frederico Westphalen. Também, objetivamos fazer uma análise comparativa sobre a criação e objetivos dessas instituições na Europa e no Brasil.

Atendendo aos objetivos propostos vimos que o cooperativismo é uma forma de organização que faz parte do Sistema capitalista. Por isso, é uma forma de organização econômica, mas com finalidade social. Surgiu na Europa e sua primeira institucionalização legal foi na Inglaterra em resposta às demandas dos operários que necessitavam de uma saída para a exploração econômica a que estavam submetidos. O Cooperativismo de crédito, por sua vez, foi institucionalizado, primeiramente na Alemanha, no espaço urbano, no ano de 1850, em resposta às necessidades de organização de diferentes grupos sociais, operários,

comerciantes e industriários. Funcionava como uma caixa de socorro. Em 1954, foi organizado no espaço rural como uma caixa de socorro e por meio de agricultores pobres que eram explorados na comercialização de seus produtos.

No Brasil, o cooperativismo foi, inicialmente, um movimento elitizado. Foi criado no meio rural e sob o domínio dos grupos da agricultura de exportação. Somente mais tarde, foi desenvolvido no espaço urbano por meio de associações de ajuda mútuas, organizadas pelo operariado. O Cooperativismo de crédito foi institucionalizado no ano de 1902, no Estado do Rio Grande do Sul em uma reunião de agricultores. Nela, foi criada a primeira Cooperativa de Crédito identificada como Caixa Rural Cooperativa, nome posteriormente alterado para Cooperativa de Crédito. Atualmente, a instituição é conhecida como “Sicredi Pioneira.”

O Município de Frederico Westphalen tem sua base econômica rural, mas apresenta uma população predominantemente urbana e uma crescente e constante migração campo-cidade, além de elevado índice de famílias dependentes do Programa Bolsa Família. A renda per capita do Município, em 2010, ficou em R\$ 875,00, bem maior que a apresentada no ano 2000, de R\$ 585,00. Apesar do aumento da renda per capita, aos 20% mais pobres coube um percentual de 4,26% da renda produzida e, aos 20% mais ricos, o percentual de 52,19%, o que permite dizer que a concentração da renda é um fator que distancia as pessoas e inibe melhorias sociais.

As cooperativas de crédito, com extensão para a atividade agrícola, são uma realidade no Município desde o ano de 1993, quando houve a instalação da primeira agência, o Sicredi. Coincidentemente, no contexto municipal, no período, foi registrado o desenrolar de um movimento migratório campo-cidade, invertendo os índices populacionais nas duas áreas do território. O gráfico 01 mostra este movimento migratório desde 1970, quando a população rural representava 63,90% do total. Logo, dez anos após, em 1980, passou a representar 52,50%; em 1991, chegou a representar 40,78%; em 2000, 23,64%, chegando, em 2010, ao índice de 19,13% do total. Estes números são preocupantes, visto ser a atividade agrícola, vinculada ao pequeno proprietário rural, a principal atividade econômica desenvolvida no Município.

Diante do exposto, observamos que a oferta de crédito agrícola no período de 1993 a 1910 não alterou o quadro de êxodo rural desenhado e, com base nesta assertiva, situamos algumas hipóteses que permitem novas pesquisas, como: O crédito agrícola não está respondendo às necessidades das demandas do pequeno agricultor; as modalidades de créditos vinculados às prerrogativas urbanas são mais atrativas; o contexto de transformação do pequeno agricultor em “empresário” inibe iniciativas, onera e inviabiliza a permanência do

homem na pequena propriedade rural; as propagandas voltadas para os benefícios da vida na área urbana são mais convincentes que as relacionadas ao rural, ou seja, há um projeto cultural de comercialização dos espaços, para o qual, a migração campo-cidade vem sendo lucrativa; as cooperativas de crédito agrícola devem oferecer, além de fomento, suporte técnico para que o investimento aplicado pelo agricultor (associado) traga retorno.

Registramos, finalmente, a importância do conhecimento da trajetória histórica do cooperativismo, nela encontramos os pilares que devem sustentar esta instituição. O cooperativismo foi criado na Europa e no cenário da Revolução Industrial, um cenário caracterizado pela desigualdade social e pela exploração da classe trabalhadora. Apresentou, assim, um cunho social. A palavra cooperativa vem do verbo latino “cooperari”, que quer dizer realizar junto com alguém e com a mesma finalidade. Assim, a ideia de cooperação incorpora os princípios da solidariedade e da união para a superação das dificuldades ou das necessidades vividas pelo grupo que se solidariza. Contudo, cabe aos associados estar sempre em alerta porque, apesar do termo cooperativismo trazer implícita a ideia da cooperação, pode, na prática, justificar interesses meramente econômicos.

COOPERATIVISM OF CREDIT: A CASE STUDY OF THE CITY OF FREDERICO WESTPHALEN

ABSTRACT: In this paper we bring up the results of the first phase of a research we are doing about the cooperative extending to the agricultural credit in the City of Frederico Westphalen . The guiding goals of the research were: to perform bibliographic studies about the trajectory of creation about the cooperative in Europe and in Brazil , study the word and the ideas of cooperative , including credit union in the state of Rio Grande do Sul and situate the temporal presence of this type of institution in the context of the municipality . The results were obtained by conducting bibliographic studies and the qualitative comparative analysis about goals and contexts of creation of the cooperative and deployment to the agricultural credit. It was also located the presence of cooperative institutions in the social and economic context of the City of Frederico Westphalen , for which we used data provided by IBGE and SAGI and conducted visits to the cooperative institutions and conferred with representatives of the same ones . The research finds justification in the economic base of the municipality that is the family farm . Moreover, the ONU declared 2012 as " International Year of Cooperatives " and 2014 as " International Year of Family Farming ."

KEYWORDS: Cooperative. Cooperative of Credit. City of Frederico Westphalen.

REFERÊNCIAS

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo:** desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia:** complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade

social. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Indicadores Sociais Municipais.** Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430850&idtema=79&search=rio-grande-do-sul|frederico-westphalen|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais>>. Acesso em: 30 Out. 2013.

_____. **Banco de dados agregados SIDRA: Universo – Tabela 202 – População residente por sexo e situação de domicílio.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso em: 30 Out. 2013.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito: organização, governança e políticas cooperativas.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PERFIL DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/Frederico-westphalen_rs>. Acesso em: 15 Nov. 2013.

RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). **Cooperar para prosperar: a terceira via.** Porto Alegre: SESCOOP, 2012. 196p.

FLORES, Antonio Joreci; PRESTES, Rose Maria (Org.). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável.** 2. ed. Frederico Westphalen: URI/FW, 2010. 144p.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense SA, 2007.

SAGI. **Relatório de informações sociais.** RI Bolsa Família e Cadastro Único – Frederico Westphalen, 2013. Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>. Acesso em: 30 Out. 2013.

_____. **Relatórios Dados Municipais.** MDA. A extrema pobreza em seu município, Frederico Westphalen, 2010. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 30 Out. 2013.

_____. **Bolsa família e Cadastro Único.** Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 30 Out. 2013.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, Paulo Dabdab . Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/379.pdf>>. Acesso em: 06 Out. 2013.

SEN, Amartya; KLIKSBEG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras: 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná de (Org.). **Conceitos e termos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Gines Leopoldo Rodrigues de (Org.). **Economia solidária e reestruturação produtiva**: (sobre) vivências no mundo do trabalho. Passo Fundo: UPF, 2001.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo**: com destino ao crédito mútuo. 2. ed. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.